

**Aspectos interessantes da revolução de 6 de setembro.
A atitude de Augusto de Castilho e a intervenção estrangeira
na revolução da esquadra em 1893.**

CONFERÊNCIA REALISADA NO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL, SALÃO NOBRE DO CLUB NAVAL, A 20 DE SETEMBRO DE 1944

pelo Capitão de Mar e Guerra
Frederico Villar

Recordando fatos desenrolados no alvorecer da República e trazendo a êste Instituto meu depoimento individual como testemunha e participante dos acontecimentos de 1893, não pretendo, absolutamente, discutir as causas políticas do Movimento Revolucionário que então sacudiu e ensanguentou o País, nem demolir os homens que o combateram no Governo ou com as armas na mão. Venho apenas analisar serenamente alguns interessantes aspectos da Revolta da Armada e mostrar a influência sôbre ela exercida pela intervenção das Forças Navais estrangeiras aqui estacionadas naquela ocasião.

Os outros prismas, pelos quais poderíamos encarar a Revolução de 6 de Setembro — os seus próceres, as suas causas e os seus efeitos políticos — não poderão ser devidamente julgados senão quando o tempo houver clareado os horizontes da crítica, deixando-os suficientemente nítidos para permitir a sua projeção em verdadeira grandesa na História.

“Na apreciação dos fatos, disse Euclides da Cunha, o tempo substitue o espaço para a focalização das imagens: o historiador precisa de certo afastamento dos quadros que contempla”.

Senhores! Eu contava pouco mais de dezessete anos de idade quando o Brasil foi lançado nos azares da Revolução de 6 de Setembro. Era então um simples Aspirante do segundo ano superior da Escola Naval, onde o tempo, escasso para os estudos e exercícios, ali intensamente desenvolvidos, não sobrava para preocupações de outra qualquer natureza.

Lembro-me bem daquela manhã enevoada e fria, de céu encoberto por nuvens ameaçadoras, de fins de inverno, quando os nossos navios de guerra desfraldaram a bandeira branca, símbolo do Movimento, que então estalara, chefiado pelo **Almirante Custódio de Melo**.

Ainda estou a ver, ao clarear do dia, o **Almirante Saldanha**, sempre matinal, na esquina sudoeste do velho edifício da Escola, na ilha das Enxadas, mostrando-se um tanto irritado e lançando para o Poço, onde estava a Esquadra, o seu binóculo prescrutador.

Alguns Oficiais, Guardas-Marinha e Aspirantes, entre os quais estava eu, seguiam-no insensivelmente, a curta distancia, procurando adivinhar os seus pensamentos e ouvindo-o examinar a situação que se nos antolhava...

Observávamos atentamente os seus gestos, a sua figura varonil e elegante, a energia e propriedade de seus conceitos, admirando o relêvo da sua inconfundível personalidade. Compreendíamos as suas preocupações paternas para conosco e as suas responsabilidades pessoais como Diretor da Escola Naval, querendo roubar-nos á terrível voragem da guerra civil, naquele momento tão grave para a Nação e para a Marinha, que ameaçava desaparecer.

Todos nós experimentávamos uma grande apreensão diante da marcha dos acontecimentos, que tomavam aos nossos olhos um aspecto verdadeiramente dramático!

Alheios ás competições dos partidos que se degladiavam na arena política nacional, estávamos, além disso, em vésperas de exames e ignorávamos o rumo que as cousas tomariam...

Sentíamos uma viva curiosidade pelos acontecimentos da Revolução, cujos primeiros feridos começavam a manchar de sangue as lanchas e rebocadores que se lançavam ao ataque

dos pontos fortificados e á abordagem dos navios mercantes atracados ás mortonas da Saúde, onde hoje se encontra o cais do porto. O ribombar dos canhões e o ruído particular da fuzilaria e das metralhadoras — e os corpos de Officiais e Marinheiros que ali chegavam despedaçados pelas granadas, nos enchiam de irresistivel excitação. A bravura da gente da Marinha e das Fôrças do Exército e Patriotas que defendiam o litoral, nos causava vivo entusiasmo — era uma cousa impressionante.

O Almirante Saldanha percebia a nossa anciedade e penetrava profundamente em nossos sentimentos. Avesso por principio e por instinto a toda idéia de participação da Marinha na política partidária, apodera-se dele uma profunda consternação diante dos acontecimentos que então se desenrolavam na Guanabara, acontecimentos cuja consequência seria, fatalmente, a destruição das suas apaixonadas tentativas de construção da Nova Marinha, transformando-as impiedosamente em infindáveis e martirisantes obras de Sisifo. Isso tornaria impossivel a restauração do Poder Naval, com que êle sonhara e, de que a Nação carecia para segurança da sua integridade, soberania e defesa.

* * *

Foi de sua boca que primeiro ouvimos o elogio da obra patriótica dos Andradas — José Bonifácio e Martin Francisco — relativa á criação da nossa primeira Esquadra, citando-nos o seu inolvidável Decreto de 1822, que assim resava:

“O Governo tomará todas as providências urgentes que se tornam necessárias para o Nascente Império possuir uma Esquadra apta a defender-lhe, quer a extensa costa, quer o rico, ameno e fértil território, e também capaz de lhe assegurar o comércio de seus continuos portos, uma vez que a Providência talhou para o Brasil os mais altos destinos da Glória e Prosperidade — que só podem ser defendidos por uma Marinha respeitável”...

“A segurança de nossas aguas, dizia-nos o nosso saudoso e querido Mestre, é vital para que a Nação possa viver unida,

tranquila e feliz, no usufruto das vias de comunicação que o Oceano, os rios e lagoas oferecem á riqueza, prosperidade e segurança do Brasil”.

“Marinha, dizia-nos o Almirante Saldanha, não se improvisa. Ela exige um custoso aparelhamento material, uma organização de Serviços e uma capacidade técnica do pessoal, por tal forma complexos, que tornam extremamente precária a instituição, sem o devido preparo — incompatível com os azares das mudanças, danos e improvisações a que fatalmente conduzirá a falta de continuidade de ação e de unidade de doutrina — essenciais á existência de uma Fôrça Naval”.

São exigências características da organização do Poder Marítimo, indispensável á defesa militar e econômica de um país, cuja fronteira oceânica se estende por 9.500 kms. de costas, nas quais se lançam vastas e profundas lagoas, rios caudalosos e ribeiros empolados com mais de 50.000 kms. de curso navegável!

Não será jamais possível aliar tais exigências com os procesos e variantes de rumos das competições político-partidárias, que tudo arruinam...

A Marinha, poderosa e organizada nos moldes das grandes potências — exclusivamente destinada a instrumento da defesa nacional e ao desenvolvimento das indústrias marítimas — era, por isso, a máxima, senão a única preocupação do nosso Almirante e querido Mestre. Em seu modo de ver ela devia ficar afastada dos caprichos e ambições de caudilhos demagôgos. Ele sabia, melhor do que ninguem, quanto de cultura, de paciente labor, de tenacidade, de esforço e de infatigável espirito de ordem representa para a Nação uma Marinha de Guerra, em cujos navios a multiplicidade de aspectos técnicos exige uma correspondente multiplicidade de elementos de disciplina e de perfeito valor profissional para conseguir-se uma razoável eficiência militar!

Assim pensando, desejava Saldanha reduzir ao mínimo os efeitos destruidores, as consequências desastrosas da guerra civil, que êle não houvera conseguido impedir, e a cuja calamidade desejava anciosamente furtar-nos, retendo-nos na

Escola, fóra do alcance da Revolução, cujo insucesso, aliás, êle, com a sua visão aquilina, prognosticava...

“O Almirante Melo se engana, dizia ele a 6 de Setembro — o Marechal é bravo e reagirá! E assim foi.

* * *

A primeira ação de relativa importância dos Revolucionários da Esquadra de Melo contra o Governo, foi o bombardeio das fortalezas da barra — no dia 13 de Setembro — sete dias depois de declarado o movimento.

Até então Saldanha se isolara inteiramente dos combatentes, continuando, todavia, a manter relações oficiais com o Governo, cujo Chefe o tinha na mais alta estima pessoal, sentimento que êle retribuía pelo Marechal, de cuja bravura sempre nos fazia largas referências e com quem travara relações muito amistosas no Alto Uruguai, por ocasião da defesa de Uruguaiana, na guerra do Paraguai.

Naquele dia os navios de Melo tomaram posição ao Sul da linha Villegaignon-Gragoatá e iniciaram violenta troca de tiros com as fortalezas da barra — a “tourada” — que tanto irritava o nosso Almirante, pela lamentável demonstração da inexperiência dos artilheiros de ambos os lados e pela inocuidade de semelhantes ataques, sem as necessárias forças de ocupação.

Saldanha, profundamente desolado com o que se passava, toma uma lancha e, depois de haver trocado idéias com o Almirante Baltasar da Silveira, no Arsenal de Marinha, resolve, com este, intervir como medianoiro entre Melo e Floriano. Baltasar dirige-se ao Itamarati e Saldanha — arriscando a vida — ao Aquidaban, conseguindo alí que Melo fizesse cessar o fogo da Esquadra sôbre as Fortalezas. O Vice-Presidente da República e o Chefe Revolucionário concordam com a intervenção dos Almirantes, mas em breve os pontos de vista do Almirante Melo tornaram impossível a continuação das negociações — e voltaram navios e fortalezas a novos combates, igualmente inúteis.

Não tendo colhido êxito a sua tentativa de apaziguamento, Saldanha, empenhou-se com inflexível energia em

impedir qualquer imiscuição dos seus subordinados da Escola Naval e da Fortaleza de Villegaignon — que obedecia á sua orientação — nos acontecimentos da Revolta da Esquadra, estabelecendo uma absoluta neutralidade, respeitada por ambas as partes contendoras.

Não quer envolver-se em nada. Recusa aliar-se aos revoltosos e tudo quanto o Govêrno lhe oferece — a Chefia do Estado Maior da Armada, a pasta da Marinha, uma comissão ao estrangeiro... Nada aceita: tão sómente no interesse e pelo dever de salvar a Escola Naval e seus alunos, que eram no seu entender — O FUTURO DA MARINHA, dos efeitos da Revolta, mantem-se nesse posto. E' o que considera o seu dever!

* * *

Saldanha era um homem fidalgo de sentimentos e de grande coração. Sempre nos recordamos do que fez pelas famílias dos oficiais e praças do "Solimões", naufragado no Sul e pela Associação Protetora dos Homens do Mar — que presidia. Os ferimentos e mortes dos seus compatriotas — revolucionários e legalistas — o enchiam de profunda tristeza. Devotou-se de corpo e alma a socorrer os que caíam. Tendo-se isolado de tudo, estendeu a sua ação benemérita à organização dos Serviços da Cruz Vermelha, que realizou maravilhosamente, auxiliado por grandes Médicos brasileiros e pelos cirurgiões dos navios de guerra estrangeiros estacionados na Guanabara.

Senhores! SALDANHA fôra sempre hostil à Revolução — ou melhor às revoluções. Repeliu várias vezes os convites que lhe foram dirigidos para chefiar Movimentos, quer os promovidos pela officialidade da Armada republicana, quer os organizados pelos monarquistas. Recusava sempre. Ainda em 1891, antes da Revolta de 23 de Novembro, o Almirante Wandenkolk e seus partidários tudo fizeram para incluí-lo entre os inimigos do Marechal proclamador da República.

Tido e havido como monarquista, Saldanha surpreende, no entretanto, os que o acreditavam sebastianista, com a sua irreduzível atitude de lealdade, e sobretudo com a sua

sinceridade de propósitos, apoiando, irrestrita e incondicionalmente, o primeiro Governo da República, contra o qual não entraria jamais em tramas, fossem elas quais fossem!

Guiava-o, pura e simplesmente, a noção do dever e não o partidário político. Consideração alguma o afastaria do seu caminho de Oficial da Armada, inteiramente absorvido pelos seus trabalhos profissionais. Numa época de conspirações, nunca transigiu com elas. O seu grande amor à Marinha e a sua dignidade pessoal o afastavam de semelhante possibilidade.

* * *

Em 1893 numerosas comissões de Oficiais da Armada, uns por si, outros pela Assembléia reunida no Club Naval, insistem para que assuma a chefia do Movimento, projectado sob mil justificativas, cada qual mais poderosa. A todos invariavelmente reprova! Quando em 1890 assumiu o Comando Geral do Corpo de Marinheiros Nacionais, na Fortaleza de Villegaignon, então com grandes efetivos, julgaram os monarquistas que era azado o momento para um golpe restaurador. Ofereceram-lhe primeiramente a pasta da Marinha Imperial e depois a própria Regência! Declararam-lhe que “tudo estava pronto na Marinha e no Exército”. “Bastava apenas que Saldanha — o Regente do Novo Império — os chefiasse”. Recusou terminantemente! Ele entendia que “um regime político não deve ser constituído pela espada e sim pela livre vontade do povo”.

O Conselheiro Lafayette, que chefiava os conspiradores, e havia preparado um Movimento, que poderia tomar um carácter sério, disse aos seus correligionários: “Oferecemos-lhe uma fortuna e pedimos-lhe um pouco de audácia — e ainda recusa! Não compreendo êsse homem, sem o qual vocês dizem nada poder ser feito!”

Saldanha soube disso e indignado mandou-lhe um bilhete nos seguintes termos: “Exmo. Snr. Conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira: O Contra-Almirante Luís Felipe de Saldanha da Gama tem a honra de informar a V. Exa| que recusa a audácia por tibieza de carácter, mas a fortuna por honestidade...”

Foi portador deste bilhete o atual Almirante **Rafael Brusque**, aqui presente, seu ajudante d'Ordens, uma das figuras mais representativas da Marinha e um dos discipulos mais amados do Almirante.

"A terceira recusa de **Saldanha**, disse **Armando Burlamaqui**, salvou a República!"

Lafayette mandou que o **Conselheiro Sampaio Viana** procurasse o Almirante **Saldanha**, exprimindo-lhe o seu pezar pelo incidente, reiterando-lhe, todavia, o seu apêlo, que **Saldanha**, de novo, enérgica e categoricamente repeliu.

Era mais uma repulsa sua às solicitações dos elementos monarquistas para arrastá-lo a uma atitude contra a República!

Essas as provas de que **Saldanha** não entretinha ligações políticas com quaisquer das facções partidárias.

Simultaneamente, grupos de banqueiros estrangeiros oferecem-lhe capitais — vultosos empréstimos — "para subvencionar uma campanha restauradora". **Saldanha** foi violento nos termos com que recusou semelhantes oferecimentos!

Vários outros exemplos e testemunhas eu vos poderia apresentar como provas de que **Saldanha** não tinha — nunca teve — propósitos revolucionários e muito menos restauradores. Não me pôsso, porém, eximir de citar aqui, talvez o mais valioso testemunho do que vos afirmo, o de **Roberto de Barros**, o companheiro heróico, diante de cuja impávida bravura me extasiei no combate da Armação e que se distinguiu sempre por extraordinário destemor. E' o mais puro caráter que conheço; incapaz de mentir: Certa vêz, **Roberto de Barros**, Aspirante, na ilha das cobras, dada a sua cisma republicana desde o colégio, comunicou ao Almirante que o acompanharia desde que a **Revolução** não visasse a restauração da Monarquia. "O Almirante **Saldanha**, que estava virado para os lados da ilha das Enxadas, refere **Roberto** — respondeu-lhe: "Vê, menino, aquela bandeira que está no "Liberdade"? E' a bandeira da **Revolução**!"

A bandeira içada naquele navio — onde o Almirante tinha o seu pavilhão — era a bandeira da República, a

bandeira nacional, que nunca foi menosprezada, que nunca foi arriada dos mastros dos navios e fortalezas a mando de Saldanha, desde que as circunstâncias o impeliram para a Revolução! A afirmativa de Roberto não pode ser posta em dúvida. “Empenho a minha palavra de honra, disse certa vez, o venerando Almirante Antonio Julio de Oliveira Sampaio — aquele bravo Capitão Tenente Ajudante do Corpo de Alunos e Comandante da força que ocupou em 1893 a ilha das Cobras — “empenho a minha palavra de honra, que Saldanha não alimentava a menor preocupação de restauração monárquica!”

Ele aqui está e eu não ousaria afrontá-lo com uma mentira! Façamos, pois, a precisa justiça! Saldanha não pensou jamais em concorrer, por qualquer forma, para a volta ao regime decaído a 15 de Novembro de 1889.

Há, além disso um outro importante argumento: Dirigindo-se aos seu presados camaradas do Exército, onde gozava de grande estima, ele lhes lembrou que em 1891 recebera deles a mais delicada, a mais elevada das distinções — ser o depositário de um documento “altamente patriótico”, firmado a 17 de Dezembro daquele ano, por Officiais dos Corpos da Guarnição desta Capital e que era um protesto dos Comandantes e Officiais de seis batalhões de Infantaria, aqui estacionados, contra os que lhes atribuíam intuítos restauradores e no qual declaravam poder o Governo contar com o seu apóio para a manunção da ordem e sustentáculo da República!” Haverá maior prova de que Saldanha não ameaçava o regime? O seu manifesto não prova o contrário: Como Benjamin Constant, em 1889, êle aconselhava o plebiscito — a expressão da vontade nacional na direção dos seus destinos!

* * *

Em dezembro de 93 Saldanha é envolvido pelo Movimento nesta Capital, que segue o seu curso de incessantes ações e reações durante quatro meses mais.

Senhores! Afinal a Revolução tocava o seu termo. Estávamos em Março de 94. O Almirante Saldanha e seus coman-

dados estavam então sitiados na Guanabara e por tal forma dizimados e sem recursos, que era admirável o ardor com que ainda combatiam. Diante das baterias levantadas no litoral e nas elevações da cidade e de Niterói, a vida dos Revolucionários tornara-se extremamente difícil. Com os reduzidos efetivos de sua Fôrça — ainda mais restringidos pelas mortes e ferimentos em incessantes combates e pelas doenças que flagelavam as guarnições dos navios e das ilhas ocupadas, não seria possível pensar em operações de vulto, capazes de aliviar-lhes a situação e muito menos de decidir em seu favor o desenlace da luta. As mais poderosas unidades da Esquadra Revolucionária achavam-se no Sul: — o “Aquidaban”, o “República” e os melhores cruzadores auxiliares permaneciam em Santa Catarina. O Governo tinha agora uma Esquadra. Niterói e a Capital da República haviam aumentado de modo extraordinário as fôrças que as defendiam, à sombra de poderosas fortificações.

A potência militar dos legalistas se havia tornado, sobretudo, maior depois da declaração oficialmente feita de que a Revolução, aqui chefiada pelo Almirante Saldanha, tinha objetivos restauradores do regime monárquico no Brasil. Ora, aderindo — forçado por imperiosas circunstâncias — à Revolução de 6 de Setembro, dizia o nosso saudoso Almirante em seu manifesto à Nação, em dezembro daquele ano: “Avesso por principio e por instinto à toda idéia de revolta, jamais entrei em conluio de qualquer espécie. Hoje, porém, no doloroso momento histórico que atravessa a Pátria brasileira e o próprio Governo, são as mesmas circunstâncias do país que nos impelem para a luta. Reuno-me sem prévios conchavos, aos meus irmãos que ha um ano nas campinas de Rio Grande do Sul e ha três meses na baía desta Capital pugnam valorosamente pela libertação da Pátria brasileira”.

A lógica, assim como a justiça dos fatos, AUTORIZARIA se procurasse, à fôrça das armas, repôr o Governo do Brasil onde estava a 15 de Novembro.

O RESPEITO, PORÉM, QUE SE DEVE A VONTADE POPULAR, LIVREMENTE MANIFESTADA, aconselha que ela mesma escolha solenemente e sob sua responsabilidade

a forma de instituições sob que deseja envolver seus gloriosos destinos. Ofereço minha vida, como a dos meus companheiros de luta, em holocausto no altar da Pátria. A causa nacional em cuja defesa armada vou entrar, tem por si o apoio de todas as classes conservadoras da sociedade brasileira, daquelles que trabalham e produzem, e que, aliás, relutam às sedições, motins e desordens.

E assim terminava:

“O BRADO DE NOSSA REDENÇÃO POLITICA, LEVANTADO NAS FRONTEIRAS MERIDIONAIS e que perpassou por Santa Catarina, Paraná e São Paulo, até esta Capital, já ecoou no extremo Norte... Espero cumprir o meu dever de brasileiro até o sacrificio”.

Não consta, Senhores que semelhante brado — partido do Rio Grande republicano — fosse monarquista! Só um complexo partidário poderia ver nesse Manifesto, — que só pedia o PLEBISCITO — um propósito sebastianista de um bravo e leal Almirante que fôra o sustentáculo do primeiro Govêrno da República e o defendera sem reservas, com as armas na mão, em 1891. Êle está ali, diz Souza e Silva, inteiro, todo êle de um bloco, nesse Manifesto, sem dissimulação nem equívoco êle, o homem que não mente para quem o engano é uma cobardia, a bradar no ardor de sua paixão patriótica, tudo aquilo que a disciplina e a consciencia do dever haviam recalçado no recondito do seu pensamento.

* * *

Senhores! **Saldanha**, com o conjunto excepcional de qualidades mestras e atributos brilhantes que o distinguiam, com a sua individualidade tão empolgante, quanto dominadora, não podia deixar de exercer uma poderosa ação sôbre um meio onde o espírito de classe, o sentimento da honra, a visão das responsabilidades para com o país, a convicção dos deveres para com a Pátria, impeliam cada um aos mais extremos **ESFORÇOS PARA QUE A MARINHA FOSSE SEMPRE DIGNA DO RESPEITO, DO AMOR E DA CONFIANÇA DA NAÇÃO.**

Formou-se então uma legião de jovens Officiais que o sagraram o "Chefe", o "Mestre"; mas jamais êle seria o agitador partidário guiando-nos pelos caminhos contra os quais pregava, e nunca se serviria dos mesmos processos da "velhacaria política", que êle mais veementemente combatia! Si o Movimento que Saldanha chefiava no Rio de Janeiro tivesse tais propósitos, a bandeira da República teria sido arriada dos mastros dos nossos navios e fortalezas e substituída pela bandeira imperial e nos não faltaria coragem para defendê-la, SI ESSAS FOSSEM AS NOSSAS CONVICÇÕES!

Nunca foram. Nunca alí se ouviu falar em restauração e não havia a mínima base para a insidiosa informação prestada nesse sentido ao Govêrno de Washington.

Isso, como vemos, não era verdade e não constituia senão um golpe político hàbilmente vibrado contra a Revolução.

Mas, o fato indiscutível é que essa crença, embora infundada, tendenciosa interpretação do Manifesto de Saldanha, deu motivos à formação de verdadeiras legiões de civis e militares republicanos que, nessa convicção, se batiam com heroísmo, ardor e sinceridade, pelo regime, que julgavam ameaçado e que, para êles, encontrava no Marechal Floriano o seu "consolidador".

O Almirante Mello — então em Santa Catarina — conhecia perfeitamente nossas condições no Rio de Janeiro. Sem o auxilio das Fôrças Federalistas do Sul, estaríamos irremediavelmente perdidos. Por motivos que, aliás, nunca conseguimos desvendar, êle não nos trouxe, como estava combinado, os recursos de que carecíamos; não foi bater à Esquadra que o Almirante Gonçalves pacientemente organisava no Norte do país, nem impediu a sua concentração na Bahia. Essa inação foi a causa determinante do insucesso militar e político da Revolução.

Ao mesmo tempo, desde o início do Movimento, a intervenção das Fôrças Navais estrangeiras aqui estacionadas impedia qualquer idéia de ataque à Capital da República pelos navios revolucionários. Essa intervenção e a impassibilidade da Esquadra Revolucionária, fora do Rio facultaram

ao Marechal Floriano a reunião dos elementos necessários para bater os seus inimigos na Guanabara e decidir vitoriosamente da sorte do Govêrno Federal.

* * *

Os Comandantes superiores das Fôrças Navais da França, Inglaterra, Itália, Portugal e Estados Unidos — estacionadas no Rio de Janeiro — dirigiram, nessa ocasião, aos seus respectivos Agentes Diplomáticos aqui acreditados a seguinte nota, datada dos primeiros dias de Outubro de 1893:

“PEDIMOS DIZER AO SENHOR MARECHAL QUE A ESQUADRA ESTRANGEIRA ESTÁ AUTORIZADA A OPÔR-SE PELA FÔRÇA A TÔDA TENTATIVA DO SENHOR CONTRA ALMIRANTE MELLO DIRIGIDA CONTRA A CIDADE; E ISTO, NÃO POR DESEJO DE SE IMISCUIR NOS NEGÓCIOS DO BRASIL, MAS POR CAUSA DOS INTERESSES SUPERIORES DA HUMANIDADE, RELATIVAMENTE A UMA POPULAÇÃO SEM DEFESA, DA QUAL GRANDE PARTE É COMPOSTA DE ESTRANGEIROS, CUJA SEGURANÇA A ESQUADRA TEM O DIREITO DE GARANTIR”.

O Ministro do Exterior do Govêrno do Marechal Floriano mostrou-se “extremamente satisfeito” com essa “enérgica intervenção” dessas cinco potências, declarando-lhes que, se lhe era permitido infringir um pouco as praxes diplomáticas, AGRADECIA TÃO EFICAZ COOPERAÇÃO e prometia tirar ao Almirante Mello todo pretexto para hostilizar a cidade do Rio de Janeiro — desarmando as trincheiras do litoral...

Era a solução dada ao pedido que o Govêrno Federal lhes fizera a 6 de Setembro, por intermédio do Almirante Coelho Neto, Chefe do Estado Maior da Armada, a bordo das suas capitâneas.

Era, com efeito, uma intervenção salvadora, diz Nabuco, de que resultara o Acôrdo de 5 de outubro, pelo qual “o Govêrno brasileiro — para não dar motivos que pudessem jus-

tificar semelhante ataque por parte dos Revolucionários — se obrigava a retirar a artilharia das fortificações montadas nas elevações e no litoral da cidade, que ficaria assim entregue à defeza da Esquadra estrangeira”. Os mesmos Comandantes notificaram ao Almirante Mello o seu propósito de “IMPEDIR PELA FORÇA QUALQUER ATAQUE À CAPITAL BRASILEIRA”.

A esse respeito, assim exprimiu o Ministro das Relações Exteriores: “Ficou entendido que esta Capital, considerada “CIDADE ABERTA, NÃO DEVERIA SER — E NÃO SERIA — HOSTILIZADA PELOS REVOLTOSOS”.

“E assim se iniciou, na extensão admitida pelo Direito Internacional, dizia êle, a INTERVENÇÃO DA FORÇA E DA DIPLOMACIA DESSAS POTENCIAS EM BENEFICIO, NÃO SÓ DOS NACIONAIS, MAS TAMBEM E PRINCIPALMENTE DOS ESTRANGEIROS”...

O Almirante Mello, respondendo à comunicação oficial que essas Potências lhe fizeram, manifestou-lhes, “como homem e como Brasileiro”, seus aplausos por essa medida!...

Isso foi uma pura ilusão do Chefe revolucionário e a sua perda! Em verdade o ilustre Almirante Mello, deflagrando a Revolução, não acreditava que Floriano pudesse reagir e, ao que parece, não cogitava de atacar a Capital da República, nem jamais tentou fazê-lo.

Como prova do que afirmo, basta dizer que intimando Floriano a abandonar o Governo, ameaçando-o com a “Fôrça” da sua Esquadra, içou o seu pavilhão em um navio que se não podia mover e, não contando com Villegaignon, que Saldanha não deixara aderir à Revolução — abandonou a poderosa Fortaleza da ilha das Cobras, posição chave na Guanabara, com seus diques oficinas, paióis de mantimentos e sobressalentes e o Hospital de Marinha — retirando dali o Batalhão Naval depois de haver encravado os grossos canhões de suas baterias — dominadoras da cidade; abandonou a Armação com seus fartos depósitos de artilharia e munições; não defendeu o paiol de pólvora do Matoso, na Ilha do Governador, que pouco depois explodia, incendiado por emissários legalistas; abandonou os grandes depósitos de carvão das ilhas da ense-

da de S. Lourenço, em Niterói, que os florianistas incendiaram!

S. Excia. confiou ingenuamente no Acôrdo de 5 de Outubro e inacreditavelmente o apoiou! Supoz, talvez, que ao som das suas "trombetas", ruiam as muralhas de Jericó!... Enganou-se!

O Govêrno prosseguia tenazmente, organizando as suas fôrças de mar e armando com poderosas fortificações o litoral da Guanabara e as alturas circunvizinhas. Traçara um plano e o realisaria inflexivelmente, custasse o que custasse!

O tempo era assim o seu grande aliado e dentro em pouco teria a supremacia necessária ao sufocamento da Revolução!

* * *

Ao assumir o Comando da Esquadra Revolucionária no Rio de Janeiro, a 7 de dezembro de 1893, o Almirante Saldanha notifica aos Comandantes das Fôrças Navais estrangeiras que, por sua parte, tomava ciência da convenção aceita pelo seu antecessor — de não fazer fogo contra a cidade com os canhões da Esquadra — mas que o não respeitaria se a provocação partisse das baterias de terra; e logo depois, a 23 daquele mesmo mês, pedia a atenção desses Comandantes — assim tornados mediadores entre a Revolução e o Govêrno — para as disposições e atitudes por êste últimamente adotadas e que obrigavam os Revolucionários a pôrem em prática medidas correspondentes.

"Não obstante as formais promesas do Govêrno, dizia êle, tôdas as alturas que bordam a própria cidade, estão guarnecidas com artilharia; não foram respeitados os lugares santificados e de beneficio à humanidade sofredora. Está fortificado o Morro do Castelo, bem como as visinhanças da Santa Casa de Misericórdia, na praia de Santa Luzia. Da mesma fórma os morros de São Bento e da Conceição, o primeiro com o seu secular e histórico Convento Beneditino; o segundo, com o Palácio Episcopal; e finalmente a ilha do Bom Jesus, onde se acha o Asilo dos Inválidos da

Pátria, o que, tudo isso, concluía Saldanha, torna difícil possa a Esquadra manter até o fim da contenda o prometido respeito pela cidade do Rio de Janeiro, que passou assim de cidade aberta a praça de guerra, no exato sentido do termo”.

A essa nota responderam os Comandantes estrangeiros reiterando ao Almirante Saldanha seu firme propósito de empregarem a fôrça em defesa da Capital da República, porventura atacada pelos revolucionários. Mas fizeram ver ao Governo que haviam certas razões respeitáveis na nota do Almirante.

A 2 de janeiro de 94 recebia o Ministro do Exterior do Marechal Floriano uma outra nota “energica” do Corpo Diplomático — dos representantes das Potências com Fôrças Navais no Rio de Janeiro. Essa nota era provocada por uma comunicação do Capitão de Mar e Guerra Picking, Comandante das Fôrças Navais Norte Americanas, e assim rezava:

“Bordo do Cruzador dos Estados Unidos “Charleston”, Rio de Janeiro, 1 de Janeiro de 1894. Os Comandantes Superiores das Fôrças Navais dos Estados Unidos da América, França, Portugal, Inglaterra e Italia, têm a honra de trazer ao conhecimento do Corpo Diplomático que estão de posse de informação autêntica e positiva de que em uma das alturas da cidade do Rio de Janeiro, conhecida como Morro do Castelo, JÁ FORAM MONTADOS ALGUNS GROSSOS CANHÕES PRONTOS PARA SEREM USADOS; QUE, NO MESMO LUGAR, HÁ TAMBEM OUTROS GRANDES CANHÕES EM VIA DE SEREM MONTADOS E QUE HÁ ALI DIVERSAS PEÇAS DE MENOR CALIBRE EM CARRETAS DE CAMPANHA; — todos os canhões estando protegidos por grandes sacos de areia.

“O Vice-Presidente da República do Brasil — continuava a nota em aprêço — anunciou pelo seu Ministro das Relações Exteriores ao Corpo Diplomático, e por intermédio deste aos Comandantes Superiores, em uma nota datada de 5 de outubro de 1893, que o Governo dera ordem para retirar os canhões das baterias desta cidade.

“Os Comandantes Superiores das referidas Nações não podem, portanto, deixar de considerar a colocação desses canhões no Morro do Castelo como uma ruptura do Acôrdo feito pelo Governo Brasileiro em 5 de outubro de 1893, dando à cidade do Rio de Janeiro o caráter de **cidade fortificada**.”

“Nestas circunstâncias, os Comandantes Superiores têm a honra de declarar que não se podem por mais tempo considerar na obrigação de manter a atitude que manifestaram na sua comunicação de 1.º de outubro de 1893 ao **Contra Almirante Mello** e que reiteraram na sua comunicação de 25 de dezembro de 1893 ao **Contra Almirante Saldanha da Gama**”. Era porém, tarde demais para que os revolucionários pudessem reagir! A “**garantia**” dada pela Esquadra estrangeira de que os canhões da cidade — não os atacariam, de nada lhes servia. À sua sombra armára-se o Governo e decidira-se por essa forma a sorte da Revolução.

* * *

A 8 de janeiro o Ministro do Exterior do **Marechal Floriano**, então **JÁ MUITO MAIS FORTE**, fala com arrogancia aos Chefes Navais dessas Potências e adverte-os que “o **Governo AVISARÁ 48 HORAS ANTES DE SE SERVIR DOS CANHÕES DAS BATERIAS ESTABELECIDAS NA CIDADE!**” Isto é, durante todo êsse tempo as Fôrças Navais estrangeiras estacionadas no Rio de Janeiro amarraram as mãos dos Revolucionários, dando ensejo e comodidade ao **Marechal Floriano** para calmamente montar os grossos canhões com que depois iria esmagá-los! As notas e protestos diplomáticos de nada valiam. **Floriano** impavidamente continuava a multiplicar as suas poderosas fortificações como um colar flamívomo em tôrno dos navios revoltosos!

No sentir dos Comandantes Superiores das Esquadras aqui destacadas, o Governo Federal apresentava sempre “argumentos débeis” para justificar o seu procedimento, que eles clasificavam como “clandestino e furtivo”, para colocar a cidade em posição, não só de se defender, como de atacar as Fôrças Navais revoltadas. **Floriano** continuava a agir como

parecia melhor aos seus objetivos políticos e militares. A própria Esquadra estrangeira agia agora com mais prudência, receiando embrenhar-se em atos de força ou de perigosa ameaça — recuando de qualquer propósito de ação militar, como aconteceu com um projetado desembarque de forças dos seus navios para garantia da vida e interesses dos seus compatriotas nesta Capital. Em verdade o Marechal ameaçou-os severamente e tal desembarque não se efetuou...

* * *

“Alguem, um dia, poderá avaliar êsses documentos e julgar se foram os Comandantes Superiores ou o Governo Brasileiro quem teve razão”, escrevia então o Comandante português.

“O que ninguém poderá negar-nos — dizia uma Nota de Castilho ao Almirantado de Lisbôa — “o que ninguém poderá negar-nos é a decisão com que procurámos e conseguimos até êste momento histórico salvar a cidade do Rio de Janeiro contra os ataques da Esquadra Revolucionária, com seus grossos canhões”.

“É nossa opinião, dizia Castilho, exprimindo o pensamento dos seus colegas estrangeiros, “é nossa opinião que o Governo não se decidirá, por enquanto, a atacar a Esquadra com a artilharia de terra, continuando a armar-se gradualmente e esperando a chegada dos navios que está aprontando em Pernambuco.

“Nessa ocasião, quando êle tiver assim concentrados todos os seus elementos de ação, romperá, resoluto, um vigoroso ataque sôbre os navios rebeldes que aquí estiverem, provavelmente com bom êxito”. E concluía assim:

“O que resta saber é se a Esquadra poderá permanecer inativa até êsse momento ou se terá mantimentos, carvão, munições e paciência para esperar essa ocasião”...

Viam claramente os Comandantes Superiores das Fôrças Navais estrangeiras. Os fatos subsequentes confirmaram plenamente êsses seus prognósticos — principalmente depois da atitude do Almirante Benham, assegurando pela força da

Esquadra Americana a atracação de navios mercantes do seu país nas mortonas da Saúde, municiando assim o Governo e aproveitando a Cidade, cujo bloqueio desde então deixou de existir, facilitando a vitória do Marechal.

A intervenção estrangeira havia produzido seus efeitos ruinosos à Revolução: — “Por um lado — diz Nabuco — tinha gastado, dia por dia, os elementos ativos e deixado completar-se, por trás dos sacos de areia e das notas diplomáticas, a fortificação da cidade e dado tempo ao Governo para organizar sua Esquadra”.

Isso concluído, o Marechal Floriano resolveu dar o golpe final, afrontando mais uma vez as Potências estrangeiras, até então seus submissos intermediários e Agentes Diplomáticos junto aos Revolucionários, que já não dispunham de elementos para a reação.

* * *

A 11 de março, o Vice-Presidente da República anunciava ao povo que dentro de 48 horas romperia contra os Revolucionários o fogo de suas grossas baterias — até aquela data mantidas mascaradas com altos muros de sacos de areia, para evitar novos protestos e “inócuas impertinências” do Corpo Diplomático! Sua Esquadra, sob o comando em Chefe do Almirante Jerônimo Gonçalves, achava-se agora pronta, a dois passos da barra! Entraria em ação depois do bombardeio, pelas baterias de terra, dos navios e fortalezas rebeldes...

O Marechal mandara construir grandes galpões fóra da cidade para abrigar a população, que fugia espavorida para pontos afastados, longe do alcance dos canhões da Esquadra Revolucionária, por êle desafiada para o tremendo combate final.

Diante da sua Proclamação e Aviso de que ia atacar as Fôrças Rebeldes, O CORPO DIPLOMATICO PROTESTA COM DESUSADA ENERGIA E EXIGE QUE, ANTES DE ABERTO O FOGO, SEJA FEITO O DEPÓSITO DE VULTOSA SOMA EM DINHEIRO — DEZ MILHÕES DE ESTERLINOS — OU HIPOTECA DE UMA PARTE DO TERRITÓRIO NACIONAL!

Floriano, porém, cômico da sua fôrça e disposto a tudo enfrentar — não atende — nem responde a esses protestos! Age! Restava aos Revolucionários responder ao seu ataque, bombardeando a cidade. As esquadras estrangeiras aqui estacionadas, não tinham elementos para fazer efetiva as suas intimações ao Governo Federal. E, como sempre acontece, assistiram impotentes ao desenrolar do drama, que chegava ao seu ato final...

* * *

Para decidir o que os Revolucionários deviam fazer, o **Almirante Saldanha** reuniu na Ilha das Enxadas um Conselho de Guerra, no qual tomaram parte todos os Comandantes. Após minucioso exame da situação, estudaram as soluções possíveis: Resistir até à morte; forçar a barra; capitular. Em verdade os Revolucionários estavam perdidos. O Conselho votou unanimemente pela resistência até à morte! O **Almirante Saldanha** ponderou, porém, a inutilidade de semelhante sacrifício; que havia mais de cem canhões assestados contra os navios revolucionários; era por demais escassa a munição das fortalezas; a dos navios era igualmente reduzida e o bombardeio da cidade — além de odioso — não colimaria nenhum objetivo militar. A discussão foi longa e terminou com a resolução de propôr-se ao Governo uma capitulação honrosa.

Era realmente a única cousa que podíamos fazer.

Assim resolvido, dirigiu **Saldanha** a 11 de Março a seguinte carta oficial ao Comandante da corveta "Mindello", carta que lhe foi entregue pessoalmente por um Oficial:

Exmo. Snr. **Capitão de Fragata Augusto de Castilho**,
Chefe da Divisão Naval Portuguesa surta neste porto.

"Em circunstâncias difíceis, após seis mezes de lutas, desejosos de evitar mais derramamento de sangue de irmãos e maiores males materiais, assim como no intuito de poupar à nossa Pátria maiores vexames da ordem dêste que acaba de sofrer, qual
**A EXIGENCIA APRESENTADA PELO CORPO
DIPLOMATICO, DE DEPÓSITO PRÉVIO, POR**

PARTE DO MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, DE VULTOSA QUANTIA, OU HIPOTECA DE TERRITÓRIO NACIONAL, COMO GARANTIA DOS INTERESSES ESTRANGEIROS NESTA CAPITAL, PARA LHE SER PERMITIDO MANDAR ROMPER O FOGO DAS BATERIAS QUE GUARNECEM AS COLINAS DA FENRTE MARITIMA DA CIDADE, os Officiais da fração da Esquadra Libertadora surta neste porto, resolveram pôr termo à luta, fazendo depôr as armas aos seus bravos e dedicados comandados, confiando-se à generosa hospitalidade da Nação Portuguêsa na pessoa do Comandante Superior da sua Divisão Naval, aqui presente, o senhor Capitão de Fragata Conselheiro Augusto de Castilho, Comandante da Corveta "Mindello". Luiz Philippe de Saldanha da Gama".

A esta solicitação aquiesceu o Comandante Castilho, encarregando-se igualmente de encaminhar ao Govêrno da República uma Proposta de Capitulação.

Estando ausente do Rio o Ministro Português, telegrafou Castilho dirêtamente — na mesma hora — ao seu Govêrno, comunicando-lhe o ocorrido e pedindo-lhe instruções urgentes.

Senhores! Depois da saída do Aquidaban e do afundamento do "Javari", a Esquadra Revolucionária operando no Rio não dispunha de navios couraçados, mas tinha aqui sufficiente poder nos cruzadores e posições ocupadas, para causar danos terriveis a esta cidade e incendiá-la, causando numerosissimas vítimas; mas sentia odioso fazê-lo!

O hospital de sangue da Ilha das Enxadas, por várias vezes cruelmente bombardeado pelos fortes legais — estava cheio de feridos e doentes de beri-beri, que assolava as guarnições da Esquadra. Após tantas provas de valor e inomináveis sacrificios, a capitulação — nos termos da proposta — não seria uma solução deshonrosa.

Considerara, ainda mais, o Almirante Saldanha, a inutilidade militar e política do bombardeio e do incêndio da cidade. Propuzera, por isso, ao Govêrno a capitulação e depois de abrigar-nos, asilando-nos nos navios estrangeiros, se entrega-

ria êle, pessoalmente, como **exclusivo responsável**, ao **Marechal Floriano** !

Semelhante solução não podia ser aceita por nós e causou funda sensação entre os membros do Conselho de Guerra e na Esquadra Revolucionária: "ou o asilo com todos ou a resistência até o fim !" bradaram unanimemente. Estaríamos com êle para a vida ou para a morte. E êle sabia que eramos sinceros e dispostos a cumprir o que dizíamos. — Cedeu. Iria conosco.

* * *

Por intermédio dos Comandantes das Fôrças Navais estrangeiras estacionadas no Rio de Janeiro, fôra a proposta da capitulação encaminhada ao Govêrno. Seria a cessação da luta nesta Capital.

Esses Comandantes classificaram como "**dignos e sensatos**" os termos da referida proposta. Cessaria, assim, o perigo que ameaçava a cidade e os interesses dos seus compatriotas e do seu comércio, concordando todos — unanimemente — ao mesmo tempo, na concessão do azilamento do **Almirante Saldanha** e seus comandados.

No dia seguinte, o **Marechal Floriano** respondeu recusando aceitar a capitulação, que lhe fôra apresentada.

Aos Revolucionários restava assim, como únicos caminhos, o bombardeio da Capital da República — gesto inútil e contraproducente sob todos os aspéctos, ou o azilo sob a proteção das Potências previamente consultadas.

Preferiu então, o **Almirante Saldanha**, abandonar navios, fortalezas e ilhas ocupadas e recolher-se com seus comandados aos navios de guerra estrangeiros, escolhendo, de preferência, por motivos óbvios, os portugueses. Era um direito que as Convenções Internacionais nos conferiam e evitaríamos assim, além de outros sacrifícios e humilhações inúteis, dar ao mundo civilizado o espetáculo das trágicas expansões do ódio partidário nas guerras civis.

"NÃO PODENDO ACEITAR UM COMBATE TÃO DESIGUAL E QUE O FORÇARIA, SEM A MAIS REMOTA POSSIBILIDADE DE ÊXITO, A LIGAR

SEU NOME E, AINDA PIOR, A TRADIÇÃO DA NOSSA MARINHA DE GUERRA, A UMA RECORDAÇÃO PERFEITAMENTE ODIOSA, — escreveu Joaquim Nabuco — SALDANHA DA GAMA PEDIU ASILO PARA SI E A SUA GENTE AO COMANDANTE PORTUGUÊS AUGUSTO DE CASTILHO. (Joaquim Nabuco — “A intervenção estrangeira na Revolta da Armada”).

Castilho era, no momento o Comandante mais antigo das Forças Navais européias e americanas estacionadas no Rio de Janeiro.

Foi, pois, a êle, que o Almirante se dirigiu.

* * *

Durante meses a fio, os Revolucionários haviam dado aqui as maiores provas de bravura e jamais as suas mãos se mancharam com o sacrifício dos prisioneiros, vários dos quais, feridos, foram entregues às suas famílias, nesta Capital, logo depois de sangrentos combates. Búcio Filho, grande amigo do Marechal, é testemunha irrecusável do que aqui afirmo!

Saldanha não fazia diferença entre Legalistas e Revoltosos, no tratamento que nos dispensava.

Os Oficiais Florianistas aprisionados nesses encontros, conservavam as suas espadas e continuavam como se fossem livres camaradas nossos.

O Almirante Saldanha era bravo e generoso. A sua resolução de retirar-se com a sua gente, asilando-se nos navios estrangeiros, era mais uma prova do seu equilíbrio moral.

Senhores! Indiscutivelmente a Revolução da Esquadra no Rio de Janeiro foi uma fase gloriosa da nossa história cívica e militar! Orgulhem-nos dos atos de bravura de Revolucionários e Legalistas na defesa de ideais que julgavam justos!

Ela mereceu de ilustre jornalista europeu a seguinte opinião: “Até então, o que havia de maior na história das guerras, representando papel notável de resistência e de bra-

vura, era o feito valoroso de Plewna, na guerra russo-turca de 1877.

“O mundo curva-se agora diante do espetáculo dantesco de sete mezes de permanência dentro da baía do Rio de Janeiro, numa verdadeira ferradura de fogo — de pouco mais de um milhar de homens, dia e noite alvejados por centenas de canhões!”

Mas — Senhores — a luta devia terminar; mesmo porque a continuação do sacrifício inútil e cruel, seria insensato, principalmente arriscando o Brasil a humilhantes imposições das “Potências” estrangeiras.

O Governo português, de posse da comunicação de Castilho, anuiu à concessão do asilo e exultou com êsse procedimento do Chefe das Fôrças Navais lusitanas no Rio de Janeiro, participando o fato, com evidente satisfação, aos Governos europeus e ao Presidente dos Estados Unidos e recebendo deles congratulações e elogios. Os Revolucionários abandonaram então navios e posições.

“No silêncio da noite e da madrugada de 12 para 13 de Março, êsses homens, enfraquecidos e tristes pelo infortúnio, mas com brilho no olhar dos que, vencidos, não se convencem jamais, quebravam espadas, encravavam carabinas e canhões...

“Peitos oprimos, maltrapilhos alguns, mas todos dignos! Não houve, nem nesse gravíssimo momento, uma única falha de disciplina! (Artur Tompson — “A Guerra Civil no Brasil”).

Recolheram-se altivamente — em ordem admirável — os Revolucionários, aos navios portugueses. O último homem a embarcar foi o **Almirante Saldanha**, sendo alí recebido com todas as honras.

Lembro-me disso com profunda emoção!

Ao amanhecer de 13 de Março de 1894 cessava inteiramente no Rio de Janeiro a ação da Esquadra Revolucionária.

O Governo que recusara aceitar a capitulação proposta pelo **Almirante Saldanha**, exigia agora dos portugueses a entrega dos Revolucionários asilados nas corvetas “Mindelo” e “Afonso de Albuquerque”!

De posse dessa inesperada e inacreditável Reclamação do Brasil, **Hintze Ribeiro**, Primeiro Ministro do Governo de Lisboa, recusa-se a atendê-la e dirige ao Presidente dos Estados Unidos e aos governos europeus o seguinte telegrama:

“O GOVERNO PORTUGUÊS NÃO PÔDE ENTREGAR OS QUE SE REFUGIARAM NOS NAVIOS DE GUERRA PORTUGUESES, POIS A ISSO SE OPÕEM DEVERES DE HUMANIDADE, PRINCÍPIOS DE DIREITO INTERNACIONAL, A EXTRATERRITORIALIDADE, OS PRÓPRIOS REGULAMENTOS NAVAIS USADOS POR TODAS AS NAÇÕES E ATÉ NOSSO TRATADO DE EXTRADIÇÃO COM O BRASIL, QUE NÃO AUTORISA ENTREGAR INDIVÍDUOS POR CRIMES POLÍTICOS.”

Acuado, porém, pelo Governo do Marechal, apelou o Governo de Lisboa para a arbitragem e chegou a telegrafar ao **Conde de Paraty**, seu Ministro no Rio de Janeiro, que caso não fosse apoiado pela força das outras potências, cederia, entregando os refugiados ao Governo Brasileiro “para serem julgados nos respectivos tribunais”. Essa indignidade não chegou felizmente a ser perpetrada, graças à intervenção do Governo Britânico.

Por ordem do Ministro Português nesta Capital, **Castilho** aguardou por alguns dias, no Rio de Janeiro, as decisões finais do Governo de Lisboa.

* * *

Nesse entretanto, era imensa a agitação partidária nesta Capital. A 16 daquele mês, grande multidão dirigiu-se à Praça da República e, entre vivas entusiásticos, mostrava a intenção de diretamente influir para que os Revolucionários viessem para terra. “HAVIA, disse um jornal da época, O FIRME E DELIBERADO PROPÓSITO DE DIRIGIR-SE AOS NAVIOS DE GUERRA PORTUGUESES E DALI ARRANCAR OS REVOLUCIONÁRIOS”. Melhor aconselhados, porém, não o fizeram. “A entrega desses homens era esperada a todo instante”...

“Foi a confiança de que a ação diplomática do Governo daria resultado imediato, diz Nabuco, o que impediu o desatino que se maquinava, sendo certo que à explosão dos patriotas de terra responderiam logo a mocidade militar que guardava as fortificações e os navios legalistas”...

“As forças navais portuguesas, escrevia o “O País”, tendo asilado ao seu bordo os rebeldes no ancoradouro que a Capitania do Porto destinara para pôr ao abrigo do combate a esquadra estrangeira, faltaram à confiança que o Poder Público brasileiro depositava na sua neutralidade”...

Reinava aqui uma irritação tremenda, fruto da campanha de ódio movida principalmente por certos órgãos da imprensa, na qual ocupava conspicuo lugar, como Redator Chefe do “O País”, o Senhor EDUARDO SALAMONDE, jornalista português e autor do célebre artigo editorial — **DIES IRAE** — publicado a 10 de Março de 1894 nas colunas daquele importante diário carioca, nos seguintes termos:

“Não é o Juiz Supremo que vem chamar a humanidade a contas, como no hino maravilhoso do místico de Moguncia, e perante o qual, num assombro trágico, o pecador implora salvação; **MAS É A PÁTRIA LUTUOSA E COLÉRICA QUE, PELO ÓRGÃO DA AUTORIDADE CONSTITUIDA, VEM ARTICULAR O LIBELO TREMENDO CONTRA OS CAVADORES DA SUA RUINA, OS CULPAIDOS DA SUA MISÉRIA E PUNI-LOS IMPLACAVELMENTE,** como essa misteriosa magestade, distribuidora de graças e de penas para que o catolicismo da Idade Média apelava nesse cântico de morte, aguardando perdão para os crimes dos mortais...

ESTA PRÓXIMO O DIA DA REIVINDICAÇÃO E DA JUSTIÇA. ESSE DIA HA DE SER NA VERDADE UM DIA DE FORMIDAVEIS REPARAÇÕES, de terror talvez, de melancolia por certo, como sonhara esse monge genial ao compor em latim barbaro, num ritmo monótono de resigna-

ção e de dôr, as estâncias dêsse poema sagrado, que o órgão das catedrais da Idade Média tornava mais lúgubre, cheio de lágrimas e de espanto ante a visão apocalíptica do Supremo Julgador. ...

Dies irae SERÁ SIM, ESSE DIA MEMORÁVEL, PORQUE, COMO NO CANTICO RELIGIOSO, A CÓLERA DA PÁTRIA PUNIRÁ OS RÉPROBOS E EXTERMINARÁ OS CULPADOS; e, entre o fracasso da grande luta, o direito profanado radiará num esplendor, e sôbre todos os corações que hoje sangram flechados pela ambição impiedosa dos máus, descera enfim o bálsamo espiritual da honra desagradada e da justiça satisfeita”...

Era a expressão do odio partidário que fervia e que a insensata pena daquele ingrato estrangeiro cruelmente agitava, naquele momento infeliz da Nacionalidade, envolvida pela guerra civil!

“O dever de asilar os que recorriam a êle, disse Joaquim Nabuco, era tão imperioso para o Comandante português, como teria sido recolhe-los no mar, se os navios que eles guarneciam fossem metidos a pique pela artilharia de terra” (A intervenção estrangeira na Revolta).

Foi êsse, disse o Comandante Castilho em carta ao nosso grande tribuno, foi êsse um dos episódios mais importantes na história da Revolta Naval Brasileira, no qual o Conselho dos Comandantes Superiores estrangeiros mais responsabilidade assumiu, e de que eu não podia deixar de aceitar todas as responsabilidades”. Castilho era nesse momento o fiel intérprete e executor das decisões dêsse Conselho e no desempenho dessa sua difícil missão portou-se com inexcedível bravura. Honra lhe seja feita!

* * *

A 13 de Março, ao ½ dia rompem as fortalezas da barra e as poderosas baterias da cidade e de Niterói um tremendo e prolongado fogo sôbre os navios, ilhas e fortalezas, antes abandonadas pelos Revolucionários. Entra mais tarde a Esquadra Legal e ainda auxilia o terrível e inutil bombardeio...

Finalmente, a 18 do mesmo mês suspendem âncora as corvetas portuguesas, deixando, lentamente, a Guanabara... Iamos partidos de saudades!

Em uma tarde de rara belesa tropical, a cidade do Rio de Janeiro desaparecia no horizonte; e os dois navios seguiram com brisas fagueiras — dias lindos e noites enlustradas — até o Rio da Prata, onde chegámos oito dias depois, fundeando na rada exterior de Buenos-Aires. Logo de chegada, morreram a bordo da “Afonso d’Albuquerque” dois dos nossos mais queridos companheiros, de ferimentos recebidos em combate, e dias depois, mais um, tuberculoso.

O **Marechal Floriano**, nesse entretanto, fazia força para que fossemos extraditados e entregues á “Justiça” do seu Governo! Felizmente Deus nos protegia e livrou-nos de semelhante possibilidade.

O Governo de Lisbôa resiste galhardamente. Não nos entregará! **Floriano** rompe relações com **D. Carlos** e pede o apôio do Governo de Londres para que essa extradição seja feita. O Premier britânico respondeu que o “Marechal queria que a Inglaterra induzisse Portugal a um ato deshonroso”.

“Não se pode conceber um mais extraordinário pedido, nem um passo mais arriscado para a dignidade de um Governo.

“Pedir o Brasil á Gran-Bretanha que persuadissem Portugal a restituir-lhe os refugiados, era ir ao encontro, senão de uma repulsa humilhante, pelo menos de uma lição, que a Chancelaria brasileira, com as suas longas tradições de prudência, podia bem dispensar.

“Se há uma regra que mais do que qualquer outra tenha sido observada nos tempos modernos, por todos os Estados independentes, grandes ou pequenos, do mundo civilizado, é a regra de não entregar os refugiados políticos”. E conclue assim a nota britânica ao nosso Governo: “As leis da hospitalidade, as exigências da humanidade, os sentimentos naturais do homem, reúnem-se para afastar tais extradições; e **TODO GOVERNO INDEPENDENTE QUE CONCEDESSE UMA EXTRADIÇÃO DESSA ESPECIE, SERIA, COM JUSTIÇA E UNIVERSALMENTE, ESTIGMATIZADO COMO SE TENDO DESHONRADO**”.

E' curioso relembrar que quando **Castilho** apresentou, em nome dos Comandantes Superiores das Fôrças Navais estrangeiras aqui estacionadas, a proposta de capitulação dos Revolucionários e a declaração de que conforme fôra por estes resolvida, os asilaria nos navios portugueses, o Ministro do Exterior declarara, em presença dos membros das Representações Diplomáticas dêsses países, que quanto ao asilo prometido aos Revoltosos, "ERA ESSE UM DIREITO SACRATISSIMO QUE ELE, Castilho, ESTAVA EXERCENDO E QUE NINGUEM PODERIA QUESTIONAR-LHE"...

Fôra indiscutivelmente de extraordinária beleza, de dignidade e bravura a elegância moral do Comandante português.

Em nota da Legação Britânica no Rio, declarou o Ministro Sir H. Wyndhan ao Senhor Cassiano Nascimento que "O Conde de Kimberley não anuiu ao pedido do Govêrno brasileiro porque o Govêrno de sua Magestade não entregaria jamais individuos refugiados em circunstâncias semelhantes e S. Exa. deseja que eu faça ver a V. Exa. que seria excessivamente impolítico da parte do Govêrno Federal insistir na exigência feita ao de sua Magestade Fidelíssima, porque isso envolveria o Govêrno da República em complicada discussão, não só com sua Magestade Britânica, mas também com os da outras potências".

"O Conde de Kimberley também manda-me dizer a V. Exa. que o Govêrno Federal ouça o conselho amigável que tinha ordem de oferecer-lhe, **Á VISTA DO FATO DE HAVER ELE IMPEDIDO O BOMBARDEAMENTO DA CAPITAL, AJUDANDO ASSIM MATERIALMENTE O GOVERNO FEDERAL**". E concluiu nestes termos: "O Govêrno de Sua Magestade Britânica está ansioso por ver essa questão rapidamente resolvida"... A 5 de Abril, o Marechal Floriano declara a Sir H. Windhan que não podia desistir da Reclamação! Não teve êxito porém".

* * *

Indiscutivelmente, **Castilho** foi extraordinariamente bravo, pondo a salvo aqueles reféns da honra da sua Nação e das

Fôrças Navais Estrangeiras aqui estacionadas!

“O primeiro grande sentimento que êsse seu nobre e valoroso procedimento põe em evidência, diz Nabuco, é a fidelidade aos compromissos tomados em nome do país. Outro, é a consciência de que as nações fracas e pequenas têm os mesmos privilégios que as nações fortes e arrogantes, demonstrada nessa impávida asserção de que o asilo é tão inviolável a bordo de duas pequenas corvetas portugûesas como o poderia ser nos grandes couraçados da Inglaterra, e da França. Outro, é o destemor que não mede as consequências de um ato de soberania nacional, quando retém a guarda da bandeira. Outro, a coragem náutica do Comandante que realiza em circunstâncias extraordinárias aquela viagem de salvação. Outro, o espirito de humanidade que não deixa contar naufragos antes de recolhe-los. Outro, o instinto que, de polo a polo, une em uma só família todos os homens do mar, criaturas do mesmo elemento, caravana do mesmo infinito deserto. Outro, por último, a obrigação maior para com brasileiros, a hospitalidade que reparte com êles tudo o que tem, e não se envergonha do pouco”.

JUSTIÇA AOS VENCIDOS

“Referindo-se á evasão dos refugiados brasileiros, uma das folhas mais eminentes deste país — Portugal — desfechou contra o seu procedimento o epíteto de “desleal”. Não vi na áspera sentença a indicação de seus fundamentos; e, pelo contrário, quanto mais considero, mais me convenço de que a razão, os fatos e os documentos lhe opõem a evidência de um desmentido formal, aliás absoluto. Ora, eu pertença ao número dos que acreditam que a reputação dos infelizes é duas vezes sagrada. No caso vertente, a ausência os inibe de acudir por ela. Não se me leve a mal, pois, a espontaneidade com que me apresso em reclamar pelos indefesos contra o ultrage imerecido e doloroso. Se a vitória os houvesse coroado com os seus fatores, não lhes faltaria o aplauso do mundo e a solicitude dos grandes advogados.

Vencidos e difamados pelo vencedor poderoso, a venerabilidade da sua desdita não pôde encontrar defensores senão entre os de mais mediocre fama e mais fraco espirito, na classe obscura daqueles, a que a justiça costuma confiar ex-officio o patrocínio dos miseráveis.

“E aqui está porque ousou falar em nome dêles.

“Portugal elevou-se á maior altura da sua legendária grandeza, salvando, envolvida no seu pavilhão, uma vasta e gloriosa parte da Marinha Brasileira. Esse ato de soberana humanidade operou em um momento um trabalho de anos a benefício das simpatias cimenta entre os dois, as revelações naturais da origem do sangue e do idioma.

“Mas todo o ato humano tem as suas consequências inevitáveis na ordem moral, como na material. Aquêles que pratica uma ação generosa não pôde fugir aos corolários de honra.

O azilo não confere ao azilante direito de posse e retenção sobre os azilados. Aqueles que o recebem dignificam-se nêles precisamente porque este ato de magnificencia não envolve em troca a subalternidade dos agraciados. A mercê, cujo valor consiste na sua gratuidade, ficaria moralmente nulificada, se o bemfeitor, para salvar embaraços filiados à generosidade do seu procedimento, se arrogasse o arbitrio de jogar com a liberdade dos beneficiados. **Os azilados não se podem transformar em servos do azilo, sob pena de adquirirem o direito de invocar novos protetores contra a dureza arbitrária dessa proteção degenerada.**

“O Governo português não podia desembarcar os companheiros de Saldanha da Gama em território brasileiro, porque seria quebrar as leis da neutralidade, cooperando na revolta. Tampouco podiam os insurgentes exigir dele transporte para o território estrangeiro, cuja escolha lhes conviesse, porque o favor recebido com a hospitalidade não grangeia ao obsequiado títulos a novos sacrificios do obsequiador. Se, portanto, os navios portugueses, ao deixarem o Rio, fizessem diretamente rumo a terras portugêsas, os refugiados não se poderiam agravar de que o azilo viesse a ter esse paradeiro. Mas, desde que aportaram em plagas de

outras nações, de uma nação neutra na luta, recusar aos azilados o desembarque, era assumir uma autoridade que o fato do azilo, absolutamente, não dava ao azilador; era converter o azilo em prisão. O azilo é benefício, não se impõe. Cessa quando o beneficiado o renuncia.

A "Prensa", folha insuspeita de Buenos Aires e uma de mais prestígio no Rio da Prata, pergunta a esse propósito: "Em que tratado de derecho internacional se sostiene que el asilo envuelve la prohibicion de dejarlo a los que se acorjen á el, en qualquiera momento?"

"Não importa a vizinhança entre esse território e o Govêrno interessado em afasta-los do seu.

"Essa circunstancia accidental não altera as condições substanciais e permanentes do direito adquirido. Nem bastavam os interesses desse Govêrno para anular a obrigação moral contraída com os refugiados por aqueles que ofereceram refúgio.

"Não bastavam esses interesses para transmutar hospedagem em sequestração. Alega-se que o Govêrno portuguez se comprometera com o brasileira a não desembarcar os companheiros de Saldanha senão em dominios de Portugal.

"Mas, a ser assim, esse compromisso, o adscrivia a traze-los diretamente do Rio de Janeiro a terras portuguezas, porque, só destarte semelhante compromisso se compadeceria com os deveres morais do azilador para com os azilados. Entendido, porém, como querem entende-lo, seu resultado seria reduzir, de fato, os refugiados a prisioneiros da nação que lhes outorgou o azilo.

"Busquem os artificios da fraseologia que quiserem, a despeito de todos os enfemismos, aqueles a quem se proroga forçadamente o azilo, quando este lhes repugna e oprime, já não é um azilado, é um cativo. Esses homens representam a flôr da Marinha Brasileira, o escól das nossos glórias militares, uma via-lactea purissima de abnegação e heroicidade no horizonte sombrio da minha Pátria.

"Esses patriotas que batalharam sete mezes sem um real de soldo, por uma aspiração liberal; que deram nessa campanha terrivel os mais fulgurantes exemplos de cava-

lheirismo e bravura; que jogaram na luta, com sublime desinteresse, as mais altas patentes e os nomes mais brilhantes de sua classe e que, no dia do revez extremo, envolvidos na quasi nudez da miseria, não se retratam do seu ideal essas almas afeitadas a desprezar as posições, o dinheiro e a vida, não atinam a que conveniências poderiam imolar a sua honra, imolando a sua lealdade.

“Esses vencidos valem alguma cousa. No meu humilde apreço valem ainda mais, agora do que quando os cobriam os galões e os bordados dos seus postos.

“Sua queda envolveu-os, no seu país, em uma consideração que não se troca pelos louros da fortuna.

Mas se esta consideração não podem pretender no estrangeiro, deixe-se-lhes ao menos, a piedade que floresce nas sepulturas razas, ou sequer, a indiferença com que se dá perfeitamente o infortúnio dos altivos.

“A generosidade de um povo magnanimo como o português, não tem senão ensoberbecer-se de mostrar aos idolatras do deus — Egoismo que, o vigor moral das nações não se mede pelo seu tamanho nem pela sua fôrça. (Artigo publicado pelo grande Ruy Barbosa, em Lisboa).

* * *

O Governo de Lisboa, porém, não teve a mesma elegância até o fim!

Hintze Ribeiro, Primeiro Ministro do Rei **D. Carlos**, premido pela pressão do Itamaratí, resolveu então transformar em “prisioneiros” — para não dizer escravos — de sua Magestade, os asilados dos navios portugueses, então no porto de Buenos Aires, e interná-los em uma colônia lusa em África!

O Almirante **Saldanha** e seus comandados protestaram, porém, enérgicamente contra semelhante despropósito do Governo de Lisboa. Dão-se então constantes conflitos entre azilados brasileiros, que se querem libertar, e os marinheiros portugueses que, por ordem superior, os querem reter a bordo daquelas corvetas. Nessa ocasião êsses homens matam cruel-

mente com pancadas de remos de um escaler, em águas da rada exterior da Capital argentina, o Cadete **Pedro de Alcantara**, da Escola Militar do Rio de Janeiro, nosso valente companheiro, que se escapava a nado para terra. Agrava-se com êste crime a nossa situação ali. Finalmente, depois de um grave conflito travado a bordo da golêta "Pepito Donato", na qual nos refugiáramos, fomos transferidos todos para bordo do vapor "Pedro Terceiro", transportador de gado e inteiramente sem condições para conduzir passageiros, destacado pelo Governo de Lisbôa para levar-nos para a África.

Reagimos então violentamente, evadindo-nos na noite seguinte a bordo de uma chata uruguaia, e, por fim, sob a proteção da canhonheira "Artigas", desembarcámos em Montevideo, onde carinhosamente nos acolheram o povo daquele nobre país e a grande colônia brasileira ali domiciliada.

Os poucos Revolucionários que não conseguiram escapar daquele vapor seguiram nele para Portugal onde foram encerrados na fortaleza de Peniche.

Ao Almirante **Saldanha** que, acompanhado pelo então Guarda-Marinha **Rafael Brusque**, para ali partira, afim de libertá-los e apresentar-se como refém ao Governo português, foi impedida a entrada naquele país, de cuja Capital foi violentamente expulso o seu Secretário — o saudoso Comandante **Benjamin de Melo**. Contra isso protesta **Rui Barbosa**, que então se encontrava na Capital portuguesa — com o artigo acima.

* * *

Essa ida de **Saldanha** a Portugal com semelhantes propósitos vem mostrar que a volta aos campos de batalha federalistas não havia até então entrado nos projéto do nosso insigne Almirante, aliás ainda não restabelecido dos múltiplos ferimentos que recebera no combate da Armação, a 9 de Fevereiro.

Augusto de Castilho, que representara tão importante papel no Comando da Divisão Naval Lusa no Rio, foi exonerado da Comissão que exercia no Atlântico Sul. Regressando a Lisbôa, foi preso e submetido a infame Conselho

de Guerra, do qual foi, por fim absolvido, apesar de haver sido tudo feito para condená-lo.

Escreveu depois disso e publicou críticas infelizes à Marinha do Brasil daquela época e particularmente aos Oficiais que haviam servido na Esquadra Legal, o que lhe valeu receber uma dura resposta em carta que lhe foi dirigida e publicada por êsses dignos Oficiais brasileiros. Remiu-se mais tarde, porém, dessas injustiças escrevendo elogiosa missiva ao Comandante Alvaro Belfort.

* * *

Senhores! As revoluções estaladas no início da República eram reações naturais de um povo jovem e vigoroso, que se adaptava às novas formas da sua vida política.

Os grandes homens que figuraram nas lutas que então se desenrolaram no país, já eram, antes disso, figuras do mais alto relêvo e projeção no panorama da vida nacional, fazendo jús à nossa veneração, pelos seus grandes serviços à Nação na paz e na guerra.

“A MARINHA NACIONAL, diz o nosso brilhante Confrade **Didio Costa**, CRIADORA DE UM PATRIMÔNIO INESTIMÁVEL E UMA DAS MAIORES FORÇAS CONSTRUTORAS DA NAÇÃO, TEM PROCURADO E CONSEGUIDO SUBSISTIR COM GRANDESA ASCENDENTE, POR SE INSPIRAR DIA A DIA NOS MAIS ALTOS E NOBRES EXEMPLOS DOS GRANDES EXTINTOS, DOS LUTADORES EGRÉGIOS E AUREOLADOS DA NOSSA HISTÓRIA!”

Essa a doutrina que **Saldanha** nos ensinava e que devemos praticar de toda nossa alma, como brasileiros, bem brasileiros, apaixonadamente brasileiros!

* * *

Senhores!

Há entre os nautas uma velha lenda cheia de consoladora poesia que evoco neste recinto com a mais suave emoção: as almas dos marinheiros mortos no mar são transformadas em aves marinhas, que eternamente viverão a rodar, a rodar,

de azas espalmas, acompanhando no alto oceano a esteira branca dos navios...

Assim nos pinta a cena, Bastos Tigre, em primorosos versos —

“Almas de Marinheiros”

“Seguindo no rumo

“Seguindo os navios na esteira das águas

“Dos barcos mercantes, dos vasos de guerra

“Que vão no mar alto, bem longe da terra

“Espalhando o fumo

“Entre o céu e o mar...

“Que aves são estas?

“São almas, são almas de Marinheiros

“Jovens e velhos, loiros, trigueiros,

“Que morreram no mar alto

“E foram jogados no ventre do mar.

“Mas suas almas

“Mudaram-se em aves, em aves marinhas

“E são essas almas

“Que batem as azas, seguindo os navios,

“Quer soprem as brisas sôbre as ondas calmas

“Quer brame a borrasca nos mares bravios”...

* * *

A Pátria, senhores, é uma grande nau a vogar no oceano dos séculos, rumo ao Progresso, batida pelos ventos das ambições e da vaidade dos homens, vencendo, apesar de tudo, as tormentas sopradas pelo ignoto Destino.

Tambem acompanhando a marcha do navio da Pátria, voam, em bandos, aves de bom augurio, invisíveis aos nossos olhos, mas que o nosso coração avista deslumbrado, ouvindo-lhes o tatarar das azas: são as almas dos grandes vultos de nossa história — sábios, mártires e heróis — que vi-

veram e morreram pela Pátria e para a Pátria, servindo-a e dignificando-a na paz como na guerra.

Neste momento de decisões varonis, vemos sangrando nos campos de batalha, no cumprimento de um sagrado dever, os nossos entes queridos: são soldados, marinheiros aviadores, enfermeiras, que já se estão heroicamente batendo nas frentes de guerra "levando a Pátria no coração".

Que os grandes vultos de nossa história, espíritos alados dos heróis brasileiros, os acompanhem na trajetória gloriosa, animando-os e protegendo-os.

E nós que ficamos no solo pátrio, ergamos ao Onipotente os nossos corações pela vitória, fraternalmente unidos à sombra do pendão auri-verde, esquecendo rivalidades e dissídios, solidificados numa união sagrada — de todos pelo Brasil, pelo Brasil acima de tudo!

* * *